

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Madeira,
Exmas. Senhoras e Senhores Deputados,

Começo por agradecer, uma vez mais, a oportunidade que foi dada ao Governo Regional da Madeira de poder ter vindo a esta Assembleia Legislativa explicar aquele que tem sido o relacionamento institucional com o Governo da República e que, como tiveram oportunidade de perceber ao longo desta discussão, se resume a uma negligência absurda por parte do Estado em relação à Madeira e ao Porto Santo. Um arquipélago insular, ultraperiférico e com dificuldades acrescidas, dada essa sua condição geográfica.

Trata-se, em nosso entender, de um alheamento – claramente intencional – que só pode ser entendido na esfera da estratégia política, uma vez que até a própria Comissão Europeia, ainda recentemente, numa abordagem ao atual cenário económico resultante da pandemia Covid-19, reconhecia que a Madeira, dadas as suas características e ao padrão do seu tecido económico – fortemente dependente do sector do Turismo – deveria receber um apoio particular.

Um apoio que, recorde-se, permita à Madeira e ao Porto Santo concretizar um conjunto de medidas que se mostram urgentes e necessárias para fazer face às consequências da pandemia Covid-19 e que nos permitam salvaguardar a atividade económica e o emprego, apoiar o relançamento da economia e proporcionar uma maior tranquilidade e qualidade de vida aos madeirenses e porto-santenses.

Vivemos um período que requer uma urgência na intervenção. Se temos sido eficazes no combate a esta pandemia – como muitos dos senhores deputados já o reconheceram publicamente –, foi porque atuamos prontamente, com medidas enérgicas e atempadas. E só não fomos mais longe – uma vez mais – porque a República Portuguesa não nos permitiu.

Da mesma forma, agora, no relançamento da atividade económica, precisamos de intervir já, antes que os problemas económicos e sociais ganhem uma maior dimensão e deixem sequelas que, depois, serão mais difíceis de debelar.

Para isso precisamos da solidariedade do Estado: AGORA!

A Região não quer nem mais nem menos do que os outros. Tal como o Estado Português teve a solidariedade da Europa, a Madeira e o Porto Santo, como regiões ultraperiféricas, também querem a devida solidariedade do Estado Português.

Queremos retomar o nosso rumo de progresso, de desenvolvimento e crescimento económico, que já vínhamos a registar há 78 meses consecutivos até surgir esta pandemia.

Queremos retomar essa dinâmica económica como há muito não se via, com o aumento das exportações, com o crescimento do setor do turismo, com mais passageiros nos portos e nos aeroportos, bem como a redução da taxa de desemprego que, em fevereiro, apresentava o valor mais baixo do país, situando-se nos 5,6%.

A este propósito, devo dizer-vos que atingimos, no início deste ano, o maior número de sempre de população ativa, ultrapassando as 139 mil pessoas a trabalharem na Madeira e no Porto Santo.

Foi também graças à estabilidade económica que atravessávamos, até começar esta pandemia, que permitiu ao Governo Regional fazer, em boa hora, um esforço financeiro e reduzir a dívida pública, tendo sido, como bem se lembrarão os senhores deputados – inclusive da oposição – a única região do país que não aumentou a dívida nos últimos anos.

Aliás, como certamente também saberão os senhores deputados, a Madeira e o Porto Santo registaram o menor valor de dívida pública dos últimos seis anos. Sendo que o atual rácio da dívida sobre o PIB está nos 94%.

Também por aqui se volta a não perceber a atitude do Governo da República que esquece, de forma deliberada e intencional, uma região que tem dado provas de rigor orçamental, que tem sabido promover a atividade económica e o emprego, contribuindo, também, para o desenvolvimento da economia nacional. Porque, apesar da distância, nós também somos Portugal – se bem que às vezes não pareça ser esse o entendimento da República.

O que pretendemos, volto a insistir, não é mais, nem menos do que os outros. Queremos apenas a mesma solidariedade.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Se os nossos empresários são bons para descontar para a Segurança Social e se os trabalhadores madeirenses e porto-santenses são bons para descontar para a Segurança Social todos os meses, o Governo da República não nos está a dar nenhuma esmola.

Ao contrário do que procura fazer crer o Partido Socialista local, para tentar justificar a inoperância do Governo Socialista da República ou da geringonça socialista em Lisboa, o “lay-off” está a ser suportado por uma bolsa de apoios para os quais os madeirenses e porto-santenses também contribuíram.

Que fique bem claro, o “lay-off” não é uma esmola que dão à Madeira, nós estamos a receber por essa via aquilo que merecemos e que é nosso por justiça e direito.

Aquilo que nós precisamos é de solidariedade e de ajuda financeira no imediato, coisa que nunca foi expressa pelo Governo da República, mas que a oposição na Madeira procura mascarar com estratégias demagógicas e uma politiquice atentatória dos direitos dos madeirenses.

Como os madeirenses também já perceberam, a oposição madeirense está refém de cargos e lugares políticos. Em vez de defenderem a Madeira e os madeirenses, viram-se contra eles para poderem defender os seus lugares partidários.

Por isso, os madeirenses e porto-santenses também já perceberam que não podem contar com eles. Nunca contaram. Nem acredito que venham a poder contar no futuro.

Até agora, como já vimos – e está à frente de toda a gente –, o que surge sempre em primeiro lugar para a nossa oposição são os interesses partidários e as ambições e projetos pessoais de poder.

Por isso, como já vimos, os madeirenses e porto-santenses sabem que só podem mesmo contar é com o apoio do Governo Regional, que tudo tem feito, sempre e apenas com o esforço dos cofres da Região, para garantir a estabilidade social, económica e política para toda a população, independentemente da sua cor partidária.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Se há solidariedade da União Europeia para com os Estados-membros e não há da República para com a Madeira então, só podemos tirar uma conclusão: é que, para além de não haver solidariedade, há má-fé e há o objetivo nítido de prejudicar os madeirenses e porto-santenses com fins eleitoralistas.

Este é, também por isso, um dos mais violentos ataques à Autonomia da Madeira e ao povo madeirense e porto-santense.

E não vale a pena a oposição, a mando da República, vir tentar enganar o povo madeirense com promessas para finais de junho ou de julho, com Orçamentos Suplementares, porque as necessidades dos madeirenses, como já se disse, são para agora. Porque, se é para pedir aos madeirenses que é para passarem fome até junho ou julho, não contem com o Governo Regional da Madeira.

Isto não é matéria para fazer política. O que queremos é implementar um conjunto de medidas que ajudem as famílias e as empresas a superarem esta paragem forçada.

E a prova de que não fazemos politiquice com este assunto é o resultado que, apesar de tudo, estamos a conseguir alcançar, com o envolvimento e a determinação de todos.

Politiquice é, isso sim, vermos um Primeiro-ministro, pendurado no Presidente da República, visitando lojas e empresas, apenas para a fotografia e para os telejornais.

O Governo Regional não quer fazer política, mas agir, como tem feito até aqui, ajudando as famílias e as empresas a encontrarem, a cada momento, as melhores soluções.

Por isso, se julgam que vão pôr o povo da Madeira e do Porto Santo a passar fome, fazendo as empresas fechar, conduzindo-as à falência, para tirarem proveitos políticos contra o Governo Regional da Madeira desta situação, o povo da Madeira não é burro e, em próximos atos eleitorais, vai conseguir, certamente, descortinar quem é que esteve ao lado deles em momentos difíceis como tem sido sempre até aqui.

E não vale a pena tentarem camuflar esta negligência absurda por parte do Estado em relação à Madeira e ao Porto Santo.

Nós vamos pedir responsabilidades. Nós vamos denunciar sempre enquanto a razão e a justiça estiverem do nosso lado.

Vamos até às últimas consequências, doa o que doer e quem, doer, para fazer reivindicar aquilo a que nós temos direito.

Se há 850 milhões de euros, num tempo de Covid-19, para injetar num banco onde o Estado Português já meteu mais de três mil milhões de euros; se há dinheiro para meter na TAP, cuja dívida, segundo o ministro da tutela, já é superior a dois mil milhões; se há dinheiro para apoiar a TAP, quando a companhia continua a distribuir prémios a administradores e a “assaltar” os madeirenses e porto-santenses com preços exorbitantes para os voos domésticos...

Então, este silêncio em relação à Madeira só tem uma explicação: é que temos um Governo da República que mantém a sua estratégia de prejudicar o Governo Regional, os madeirenses e porto-santenses.

Mas nós não nos vamos calar. Vamos ser resilientes e vamos persistir naquelas que são as nossas reivindicações.

Vamos insistir com um apoio extraordinário do Estado, no valor estimado de 300 milhões de euros, para fazer face ao impacto na economia regional da pandemia do COVID-19 e, consequentemente, na redução da receita fiscal da Região Autónoma da Madeira.

Vamos insistir para que seja concedida uma autorização para que os 75 milhões de euros, já autorizados pelo Estado à região, beneficiando de garantia do Estado Português, Previstos na Lei do Orçamento de Estado 2020, seja destinado ao pagamento de despesas do Serviço Regional de Saúde e de apoio ao sector empresarial regional, em vez de ser utilizado para a consolidação de dívida e regularização de pagamentos em atraso.

Vamos insistir para que seja concedida a autorização para endividamento líquido adicional, no valor de 300 milhões de euros, destinado a investimento para a revitalização da economia regional.

Vamos insistir com a alteração a Lei do Orçamento de Estado 2020, de modo a poder aumentar o valor das verbas do Fundo de Coesão Nacional em 22,5 milhões de euros, bem como estabelecer que as verbas recebidas pelo mesmo fundo, até ao limite de 50% do montante previsto para 2020, possam ser afetas ao pagamento de despesas correntes da administração pública regional, incluindo salários.

Queremos a suspensão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, possibilitando à Região Autónoma da Madeira poder contrair endividamento, para auxílio de toda a população, bem como de todo o sector empresarial.

E, por último, defendemos que, de forma a libertar meios financeiros necessários para fazer face à situação de exceção vivida na Região Autónoma da Madeira, é essencial que o Governo da República autorize uma moratória no pagamento do capital e juros das próximas duas prestações do empréstimo do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro do Estado à Região, que se vencem nos meses de julho de 2020 e janeiro de 2021.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

A Madeira vive, neste momento – como nunca vivemos até agora – uma das piores páginas da história da Autonomia.

Não tenhamos dúvidas: Estamos perante uma séria ameaça de um centralismo desmesurado e em crescendo, como há muito não se via.

Teríamos de recuar na história, pelo menos até à ditadura, para encontrar algo semelhante a estes boicotes e atentados aos direitos dos madeirenses e porto-santenses.

Mas, pior do que um governo da República centralizador, incapaz de atender aos apelos que são feitos pela Região e pelo seu Governo Regional, legitimamente eleito, é termos, deste lado do Atlântico, a oposição que se limita a cumprir as instruções que lhes são dadas a partir de Lisboa.

Gente que se presta ao pior dos papéis, que é enganar a população num momento em que as famílias e empresas estão em dificuldades.

Por outras palavras, gente que não resolve nada nem quer que se resolva, prejudicando os madeirenses e porto-santenses apenas com fins meramente políticos. Mas, a história há-de julgá-los. Julgo que mais cedo do que imaginam.

Porque, neste momento, não precisamos de gente que nos deite abaixo, queremos é pessoas verdadeiras e genuínas que nos ajudem a levantar da situação em que mergulhamos com a pandemia Covid-19.

É essa a grande determinação deste Governo que, recorde-se, vai continuar, como até aqui, a apoiar e a defender os madeirenses e porto-santenses, enfrentando todas as consequências que daí possam resultar.

Foi essa determinação e empenho que nos fez apoiar as famílias e as empresas com mais de 440 milhões de euros, cerca de 230 milhões para medidas de combate à pandemia e 211 milhões de euros derramados na economia através de pagamentos de fornecedores da administração pública e a entidades terceiras, como instituições de solidariedade social, bombeiros, escolas, entre outras.

Nós queremos ir mais longe.

E nós vamos conseguir ir mais longe. Não tenham dúvidas disso.

Os madeirenses e os porto-santenses podem contar com a nossa determinação, porque nós vamos continuar a lutar pela defesa da população que nos elegeu e nos confiou os destinos desta Região. Vamos continuar a enfrentar o poder centralista com coragem, determinação e sem medos.

Obrigado!

Funchal, 26 de maio de 2020